

STJ00097526

Simone Alvarez Lima

LICENÇA COMPULSÓRIA E ACESSO A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro

2013

STJ00097526

Copyright © 2013 by Simone Alvarez Lima
Categoria: Propriedade Intelectual

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.
Diagramação: Ana Lúcia Morais
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra
nem pelas opiniões nela manifestadas por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca da Faculdade de Direito de Vitória, ES, Brasil)

L7321

Lima, Simone Alvarez
Licença compulsória e acesso a medicamentos essenciais /
Simone Alvarez Limar. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2013.
196 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 153-169.

ISBN 978-85-375-2326-1

1. Propriedade intelectual – Brasil. 2. Medicamentos – Patentes – Legislação – Brasil. 3. Licença compulsória. 4. Política de saúde – Brasil. 5. Direitos fundamentais. I. Título.

CDD- 346.81048

545:985260

SUMÁRIO

Introdução	I
I- Licença compulsória no brasil	
1.1- Modalidades de licença compulsória	1
1.2- Licença compulsória por interesse público	9
1.3- Procedimento para obtenção de licença compulsória	13
1.4- Decreto nº 3.201	19
1.5- Da anuência prévia da Anvisa	22
1.6- Projetos de lei sobre licença compulsória na Lei nº 9.279/96	27
1.7- Eficácia da ameaça de licença compulsória	30
1.8- Reação norte-americana às licenças compulsórias	34
II- Aspectos internacionais da licença compulsória e seus impactos no brasil	
2.1- Convenção da união de paris para a proteção da propriedade industrial	41
2.2- Acordo TRIPS e sua interpretação	46
2.3- Consequências do TRIPS para os países em desenvolvimento	56
2.4- Declaração de doha sobre o acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio e à saúde pública	59
2.5- Licença compulsória em outros países	62
2.5.1- Estados Unidos	66
2.5.2- Decisão nº 486 da Comunidade Andina	72
III- Aspectos constitucionais da dicotomia entre propriedade e saúde	
3.1- Mutação dos papéis do estado e da propriedade	80
3.2- Função social da propriedade intelectual	87
3.3- Intervenção do Estado no domínio econômico	92

3.4- Direito à saúde na Constituição dirigente	97
3.5- Dignidade da pessoa humana e acesso a medicamentos	104

IV- Políticas socioeconômicas em vez de licença compulsória

4.1- Pesquisa e desenvolvimento	113
4.2- Políticas de nível internacional da médicos sem fronteiras	118
4.3- Políticas brasileiras que não deram certo	124
4.4- Exemplos de atuais políticas relevantes	129
4.4.1- Políticas brasileiras de saúde a curto prazo	129
4.4.2- Políticas brasileiras de saúde a longo prazo	135
4.5- Doenças crônicas não transmissíveis	139
4.6- O papel do estado	144
Conclusão	151
Referências bibliográficas	153